

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA NA PESQUISA SOCIAL: uma breve incursão

Luiz Carlos dos Santos

Segundo Castells e Ipoa (1981), a geração do conhecimento científico é uma prática social articulada a outros processos de produção. O conhecimento científico efetiva-se como práticas científicas conectadas a uma prática ideológica fixada, no interior da qual os conhecimentos são produzidos, transmitidos, apropriados, sancionados e aplicados.

Parafrazeando o supramencionado autor, a ciência, preservada sob o capote do global, do rigoroso e do racional, está sendo desnudada em suas âncoras teóricas básicas: o da neutralidade e objetividade, apregoadas pelo positivismo. Conforme Lefebvre (1983, p. 30):

Nenhum pensamento, nenhuma ideia, nenhuma reflexão que tenham objeto e conteúdo podem ser completamente neutros. Nem mesmo as matemáticas! Elas não são neutras quando estão a serviço, quando entram na prática social, quando se prestam a uma pedagogia que se dirige a determinadas pessoas e não a outras. Todo pensamento tem um conteúdo, um objeto. Ao mesmo tempo, é uma vontade. Existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe!

Do exposto, entende-se que está abalada a concepção do critério de verdade de um conhecimento, lastrada na categorização de objetividade enquanto atitude imparcial e neutra do pesquisador, atestada por uma metodologia empirista que "purifica" o objeto estudado. Atualmente, cientistas das mais variadas áreas já estão fazendo uma reflexão histórica sobre os pressupostos, os resultados e a sua utilidade, o *locus* e o alcance, as balizas e a significação da atividade científica. Seu objetivo central é evidenciar que a ciência, como outra qualquer prática social, é gerada a partir de um referencial ideológico determinado pelas relações sociais de produção dominantes.

Ratifica-se o entendimento de Japiassu (1974), que a ciência, enquanto investigação metódica do saber, ao mesmo tempo que forma de interpretar o mundo, é, na realidade, uma instituição que está, cada vez mais, incorporada no processo social, industrial e político. Torna-se cada vez menos possível ao cientista deixar de colocar indagações acerca da sua responsabilidade pelas consequências sociais de suas descobertas e da função social que ocupa no conjunto da sociedade. Não há, hoje, como deixar de levantar questões colocadas pela maneira como a investigação científica é institucionalizada, organizada, financiada, orientada e adotada pela sociedade em que se insere.

A pesquisa científica se opera por meio de uma atuação sobre os fenômenos, fatos, ocorrências, enfim, coisas envolvidas nela. A geração do conhecimento efetiva-se uma forma

de consciência social, dado que os homens os quais realizam estão inseridos em uma cultura, em uma classe social e passam a compreender sua posição dentro desta conjuntura. Há que ser avaliada a postura do pesquisador frente ao seu objeto de estudo, a direção em que perpassam as suas conclusões e maneiras de interpretar a realidade e, em especial, a quem toca o controle do conhecimento produzido.

Corroborando-se com Fals Borda (1981), a ciência assume um caráter social, que vai para além da compreensão de que é um produto resultante da ação de variadas pessoas e não um produto individual. A natureza social da ciência é definida pela compreensão de que as pessoas que geram o conhecimento científico, o fazem dentro de determinadas condições históricas. Esse conhecimento produzido não terá valores absolutos, uma vez que ele irá variar de acordo com os interesses e objetivos das classes envolvidas na formulação e na acumulação de conhecimento, ou seja, na sua produção. Esse acúmulo de conhecimentos, fenômenos, fatos, ocorrências, dados e fatores está estruturado segundo os interesses das classes sociais, e terá importância dentro da luta pelo poder social, político e econômico.

Dentre os cientistas, o questionamento de suas respectivas áreas tem-se nutrido das contradições latentes e manifestas, tanto no plano da própria prática científica, quanto no plano geral da estrutura social em que tal prática se insere. As contradições internas ao processo de produção de conhecimentos científicos compreendem, entre outras, a dissociação entre a teoria e a prática, a investigação e a ação, o acadêmico e o social, enfim, entre a ciência e a realidade. Essas contradições se articulam as contradições da estrutura social, uma vez que a prática científica implica uma escolha, que não é realizada ao acaso, mas se relaciona organicamente com uma perspectiva global da sociedade. De acordo com Vasquez (1975) e Lowy (1978), a ótica das classes sociais (a ideologia) condiciona a seleção de problemas, o estabelecimento de conceitos, a concepção sobre o objeto de estudo, a definição do que é imprescindível e do que é secundário na elaboração das teorias, sua aceitação e utilidade.

Teorias são os conhecimentos gerados cientificamente acerca de determinada temática/matéria, por outros estudiosos, que a trataram anteriormente e lançam luz sobre a pesquisa. Ela é gerada para elucidar ou para entender um fenômeno, fato, ocorrências, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. De acordo com Minayo (2008), este conjunto constitui o domínio empírico da teoria, ou seja, a dinâmica da prática que ela explica e interpreta. A teoria na sua essência sempre será um conjunto de proposições – um discurso sobre o abstrato acerca da realidade.

Existem grandes teorias - concepções teóricas, elaboradas por cientistas sociais muito relevantes, clássicos de referência, para interpretar a realidade. Dentre elas, positivismo,

marxismo, teoria da ação, compreensivismo. Há, também, teorias em menor escala que, geralmente sob o manto das grandes narrativas, explicam ou interpretam fenômenos, fatos específicos ou particulares. Fato é que as teorias competem entre si para explicar ou para auxiliar o pesquisador a compreender determinada questão ou objeto investigativo.

Aceita-se a compreensão de Minayo (2008, p. 17) quando assevera que nenhuma teoria, por mais bem construída que seja, dá conta de explicar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Diz a mencionada autora:

Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dela, busca suas interconexões sistemáticas como contexto e com a realidade.

Uma teoria é uma espécie de matriz, a partir da qual olha-se e enquadra-se a interpretação da realidade. Ela é um conhecimento que pode gerar conhecimento congênere, mas nem por isso é uma “camisa de força”. Ela é elaborada de um conjunto de proposições que orienta o olhar sobre a desnudação de um problema investigativo, bem como a obtenção e análise de dados. O domínio de teorias alicerça o caminho do pensamento e da prática teórica além de constituir o plano interpretativo para as questões de pesquisa, seja para desenvolvê-las, respondê-las, ou para, a partir delas, propor um novo discurso. Segundo Minayo (2008), uma investigação científica sem teoria incorre no risco de ser uma simples percepção pessoal acerca da realidade observada. De acordo com Santos (2007) “Nada é mais útil e prático para o animal que uma boa teoria”. Resultante do esforço individual e/ou coletivo para imprimir significado à realidade, a teoria é geradora e organizadora da cultura e das suas ciências.

Finalmente, as teorias são explicações da realidade, cumprindo funções relevantes: colaboraram para esclarecer o objeto de pesquisa; possibilitam a fixação da problemática da investigação; auxiliam no estabelecimento das questões norteadoras ou na construção de hipóteses de pesquisa (dependendo da opção do pesquisador); propiciam maior clareza na organização dos dados; e, iluminam a análise e interpretação dos resultados.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. e IPOLA, E. *Metodologia y epistemologia de las ciencias sociales*. Madrid, Editorial Ayuso, 1981.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis-TJ: Vozes, 2008.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VASQUEZ, A.S. *La ideologia de la "neutralidad ideológica" en las ciencias sociales*. In: *Revista História y Sociedad*. México: 7, 1975.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br